

DESTAQUE

A luta pela estabilidade na investigação

A produção científica portuguesa encontra-se instável. Ser bolsheiro de investigação já não significa uma rampa de lançamento para o prestígio na área. Muitos vivem de corda ao pescoço sem saber o que pode acontecer no ano a seguir e lutam por um vínculo que os faça ter um lugar na sociedade. *Por Liliana Cunha e João Martins*

“Já vivemos assim há dez anos. A minha mulher também é bolsheira e temos um filho”, conta o estudante de pós-doutoramento (pós-doc) e bolsheiro de investigação científica, Tiago Natal da Luz. Ele sabe que é um “bocado doentio” viver na dependência da possibilidade de no ano seguinte não haver bolsa. Mas move-o a “magia” pela investigação. No Departamento das Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), contíguo à Sé Nova, Tiago está sentado numa mesa como qualquer outro estudante. O laboratório fica para trás, mas a situação em que está domina toda a conversa. “As pessoas acham que é um desprestígio ter bolsa, não é visto como um emprego sequer”, lamenta o doutorado em ecologia. Só se sentiu seguro ao inscrever o filho no infantário dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra. Nos outros, quando disse que era bolsheiro, as pessoas ficavam a examiná-lo. Achavam que era uma “irresponsabilidade” delegar uma mensalidade numa pessoa que pode ficar sem rendimentos ao fim de cada ano.

“É um privilégio pagarem-me para fazer o que gosto”, ressalva Tiago Luz. O

décimo ano de investigação do ecologista corresponde ao início do seu pós-doc. E os resultados da sua experiência com os “bichinhos do solo”, como afirma, são avaliados diariamente. Por outras palavras, analisa a reprodução desses mesmos bichos em função da maior ou menor quantidade de tóxicos aplicados na experiência no laboratório, exemplifica o investigador.

Dar aulas fica fora do cenário. As alterações feitas ao Estatuto do Bolsheiro de Investigação Científica (EBI) deram origem a uma controvérsia entre a classe. Porque muitos reivindicam que o projeto de investigação a par com a docência é uma mais-valia. Ao contrário de Tiago, que quer testar a ciência no laboratório, Ana Rita Alfaiate quer testá-la nas salas da Faculdade de Direito

“surge um decreto-lei (DL 202/2012) que, para além de vir dizer que não podemos dar aulas aos estudantes de 1º ciclo, diz também que só os estudantes de pós-doutoramento podem lecionar”, aclara Ana Rita. Por muito confuso que possa parecer à vista desarmada, tal significa que agora, e como Ana Rita é estudante de doutoramento, fica impedida de ser professora.

No entanto, isso só acontecerá no próximo ano letivo. O Governo, num comunicado em Conselho de Ministros no mês seguinte ao decreto, “aprovou o diferimento para o início do próximo ano letivo”, ou seja, não aplica as novas alterações durante um ano porque procura o evitar os constrangimentos nas universidades dado que já tinham o corpo docente distribuído. “Isto é uma saga, o processo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) é como um curso intensivo de resistência. Tira muita energia e disponi-

bilidade mental para pensar no que devia ser pensado – a tese”, condena a bolsheira de doutoramento Catarina Silva ainda não está a par de nenhuma alteração

lidade mental para pensar no que devia ser pensado – a tese”, condena a bolsheira de doutoramento

“Andámos a viver quase como sem saber como vai ser a nossa vida amanhã”, diz revoltada a professora. Não há um vínculo como um contrato laboral, exige-se à mesma uma exclusividade e há perda nos

direitos sociais. As regras do jogo alteraram-se e de “forma completamente unilateral”, realça a mesma.

Proteção social deficiente

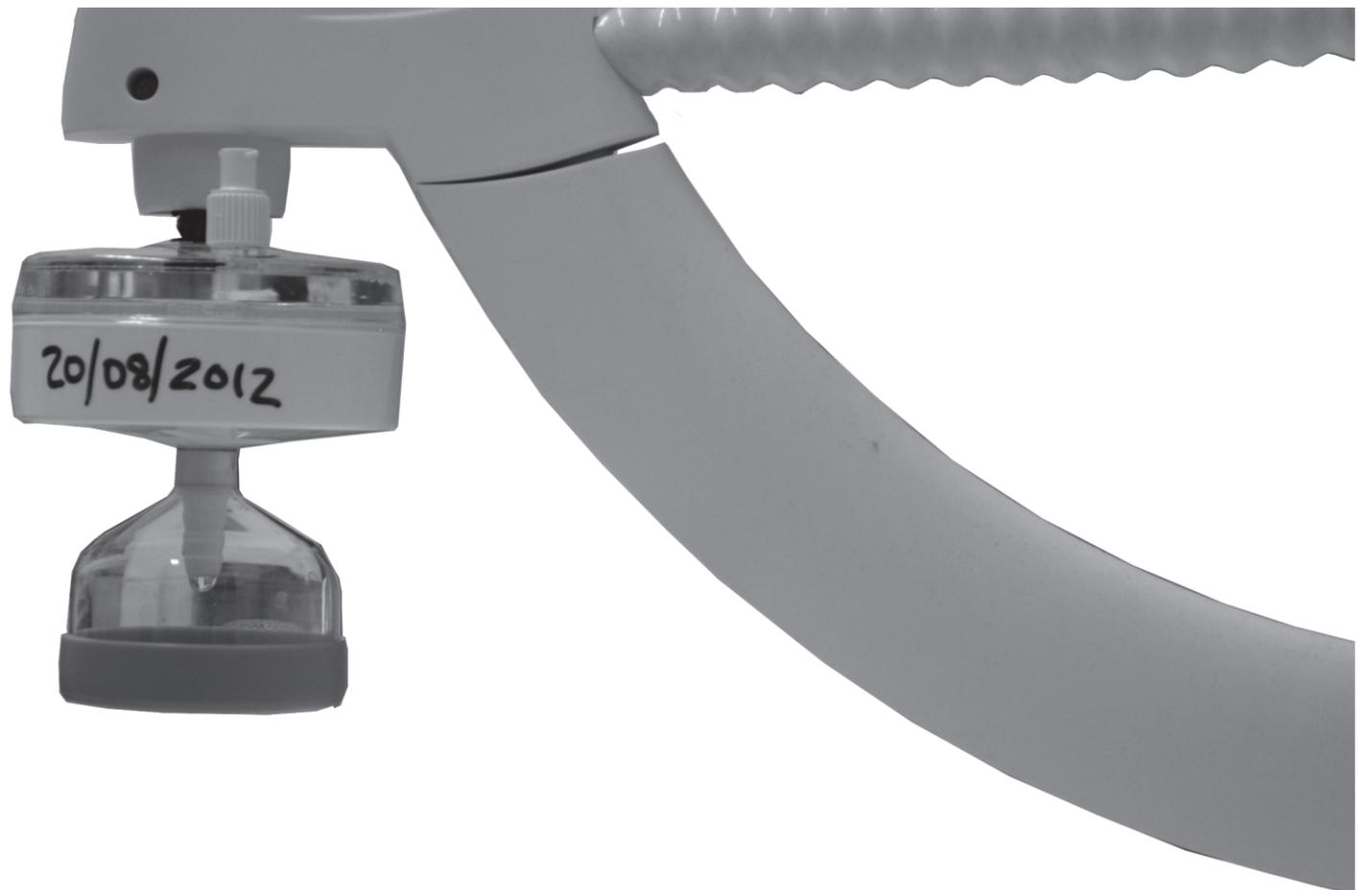
Os direitos sócio-laborais dos bolsheiros entram em disputa com os de um trabalhador normal. Na opinião do bolsheiro de investigação em sociologia, Alfredo Campos, um “horário de trabalho, u m

“Não somos elegíveis nem para um crédito”

Vera Dantas Moura

da Universidade de Coimbra. É professora assistente convidada na aula de Direito Penal, e leciona ao primeiro ciclo de estudos da licenciatura de Direito. No entanto, em agosto surgiu uma alteração ao EBI que desconfigurou a sua vontade:





local de trabalho, e uma supervisão direta, fazem do bolsheiro um trabalhador por conta de outrem como outro qualquer". Entenda-se como outrem a FCT e o Estado. Contudo, as proteções sociais transversais à classe não se verificam: "não tem direito a subsídio de desemprego, de férias ou natal, e apenas tem condições de maternidade muito limitadas", lembra Alfredo Campos.

"Que haja saúde", roga o investigador Tiago Natal Luz. O seu pedido explica-se, uma vez que, ainda dentro da proteção social relativa a motivos por doença, o bolsheiro, se ficar de baixa médica, receberá o correspondente a um trabalhador que ganhe um salário mínimo. Isto porque o montante que lhe é atribuído é mais do dobro do que o ordenado mínimo.

"Sou bolsheiro há seis anos e estou a descontar para o serviço social voluntário a contar como se fosse o ordenado mínimo", sustenta Alfredo Campos. Encontra-se a tentar pagar para uma reforma, "se ainda existirem e será uma miséria".

"Foi tudo centrado em coisas muito particulares que teriam interesse do Governo, mas não é para melhorar as questões dos bolsheiros", diz o vice-presidente da Associação dos Bolsheiros de Investigação Científica (ABIC), André Janeco. O regime de exclusividade previsto no EBI, obriga a que o bolsheiro não possa obter mais nenhum rendimento à parte do projeto anulando "a capacidade de se inserir no emprego científico com condições", alerta.

Os bolsheiros de investigação não podem ter dois projetos em simultâneo e ganhar dos dois lados. Só de um. "Acho discutível ver a ciência ou a produção de conhecimento científico como concorrencial", comenta o investigador de Sociologia. "Não se aumenta o valor das bolsas, ainda se impõe uma exclusividade

e não se permite buscar recursos económicos a mais lado nenhum, torna-se insustentável a vida dos bolsheiros", suporta o sociólogo.

Uma fuga para o empreendedorismo

Vera Dantas Moura saiu da estabilidade de um emprego fixo numa farmácia e decidiu concorrer a uma bolsa de doutoramento na FCT. E conseguiu-o por quatro anos, desde 2005 até 2009, numa investigação

Para Tiago, há "magia" na investigação

onde desenvolveu um fármaco que se destina a proteger com mais segurança os doentes oncológicos. A descoberta no primeiro ano de doutoramento de uma partícula "para transportar um fármaco até ao tumor de uma forma exclusiva", trouxe a possibilidade de patentear a descoberta e depois transformá-la numa coisa rentável. Acrescentou um ano extra "porque a universidade apresentou-nos aos cursos de empreendedorismo e houve muita aceitação da ideia", adianta Vera Moura. Até agora, a sua equipa ganhou o prémio da ideia de negócio, a alavanca que a lançou para o mundo empresarial. Conseguiu financiamento por parte de fundos europeus e, legalmente, a empresa existe há um mês. Vera deixou a bancada da farmácia para ser gerente de uma empresa: "é uma grande aventura, mas não teria chegado aqui se não tivesse sido bolsheira da FCT, e digo hoje que foi a melhor decisão que tomei".

Ridicularização da "profissão"

Há uma história que Vera Moura não esquece: "lembro-me de ser contactada pelo [banco] Barclays várias vezes nas campanhas de lançamento de cartões de crédito". Durante o questionário perguntaram-lhe pelos seus rendimentos. Disse que era bolsheira e responderam-lhe que não era elegível. "Nós nem somos elegíveis para um cartão de crédito. Não há confiança no bolsheiro", indigna-se a ex-farmacêutica. Recordava ainda uma situação, de quando um colega seu teve o desejo de comprar um carro. "Ele recebia uma bolsa a quatro anos e quis fazer um financiamento para um carro. O

pai teve de ir como fiador".

O facto de o filho ter uma ligação que dizia que durante quatro anos ganhava 980 euros por mês, renovados a cada ano, não bastou. "Como é que podem dizer que uma pessoa que recebe o ordenado mínimo nacional é um trabalhador e outra que recebe o dobro não o é?", questiona Vera Moura. Assevera que "não há estímulo nenhum, não somos vistos como cidadãos".

Tiago Luz quer-se manter investigador mas tem medo de ser um "bolsheiro crónico". Alfredo Campos está em vias de se candidatar a mais uma bolsa, desta feita de doutoramento, para ter a garantia de rendimento nos próximos quatro anos. Ana Rita, no próximo ano letivo poderá deixar de

dar aulas: "vai ser um grande sacrifício se em vez do sonho de dar aulas tiver de ficar três anos fechada em casa ou numa biblioteca". Apesar da polémica, ainda há gente que nada sabe. Catarina Silva, que já foi bolsheira, é uma delas. Mas tem como objetivo avançar com um projeto de doutoramento, na área da Psicologia, mesmo assim.

A revolta leva à luta. "Temos um ano para provar por a+b que não faz sentido. Há tanta coisa mal no estatuto que ninguém questiona", deixa no ar a professora convidada da FDUC, Ana Rita Alfaiate. Até a questão da não remuneração de colegas seus "que dão aulas em cata-dupa. Isso não está a ser investigado", refere revoltada.

